

Um caminho para elas

As dinâmicas da política sul-mato-grossense para as mulheres

Maria Eduarda Metran de Miranda

Na estrada

Uma motorista e três passageiras, quatro mulheres sobre as rodas de uma caminhonete na rodovia MS-377, que liga os municípios de Água Clara e Cassilândia, localizados ao leste do Mato Grosso do Sul. O elenco e o cenário, que mistura natureza e asfalto, soam perfeitos para a produção de um videoclipe de dupla sertaneja, não fosse pelo roteiro de perseguição que transformou o momento em uma espécie de filme policial com direito a anti-heróis e registros de ocorrência. A situação, inicialmente, motivada pelo enfrentamento à infração de regras institucionais, ficou conhecida sob a perspectiva da violência política de gênero.

A violência política de gênero não é exatamente um caso isolado ocasionado por ações puramente físicas; ela pode ocorrer de maneira psicológica, simbólica, sexual ou econômica. “Toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” e “qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades fundamentais, em virtude do sexo” é passível de punição, conforme configura a Lei 14.198, sancionada pelo então Presidente Jair Bolsonaro em 2021.

As mulheres têm até uma reserva de vagas nas candidaturas, mas poucas chegam ao Legislativo ou ao Executivo e, quando chegam, são destratadas só pelo fato de serem mulheres. O Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero, do Ministério Público Eleitoral, instaurou 225 investigações sobre casos em que a prática pode ter ocorrido, de junho de 2021 a agosto de 2024. Dentre os episódios, 22 foram denunciados à justiça, com seis condenações. Outros 158 estavam sendo apurados até agosto deste ano. A Polícia Civil de Mato Grosso do Sul registrou sete casos de Violência Política de Gênero. O primeiro aconteceu em novembro de 2022, na capital do estado e os outros, entre março e agosto de 2024, nas cidades de Ladário, Nova Alvorada do Sul e Cassilândia.

A situação que introduziu este texto foi vivida pela vereadora Sumara Leal e servidoras públicas da Prefeitura de Cassilândia, em março de 2024. De acordo com o relato, elas encontraram com um grupo de vereadores conterrâneos quando pararam em um posto de gasolina. Ali, a vereadora estava ciente de que havia gerado curiosidade em seus colegas, já que dirigia o veículo oficial da Câmara de Vereadores e carregava outras pessoas, que não puderam ser reconhecidas através do vidro fumê. Mas, não imaginava que ao botar os pés no acelerador, seria surpreendida com a perseguição.

O motorista do outro carro era Arthur Barbosa, presidente da Câmara de Cassilândia (à época). De acordo com Leal, os homens seguiram viagem primeiro. “Quando eu parei no posto, eles já estavam indo embora. Eles viram que eu estava com pessoas no carro e ficaram dando voltas próximo ao carro para ver quem estava lá dentro. Só que os vidros eram escuros e não tiveram coragem de abrir. Poderiam ter me perguntado ali, mas não tiveram a humildade. Eles queriam me pegar em flagrante cometendo um erro”.

De volta à estrada, os automóveis se cruzaram e não descolaram mais por cerca de 10Km, segundo Leal. Ela acredita que eles seguiram viagem em baixa velocidade com a intenção de encontrá-las na pista. Para escapar, a vereadora fez uma ultrapassagem e acelerou até se cansar da cena. “Eles ficaram me perseguindo por mais ou menos 10km. Quando eu freava, eles freavam; quando eu acelerava, eles aceleravam... eu resolvi parar e encostar. Pensei: se eles querem ver quem tá aqui, eles que venham. Parei, mas eles continuaram viagem”.

Uma possível violação de Sumara foi a motivação para que a ação ocorresse. Ao chegar a Cassilândia, a Polícia Civil entrou em contato para avisá-la que era alvo de uma denúncia por carregar pessoas não autorizadas em um carro oficial. A instituição, no entanto, se negou a agir em prol do suposto delito, alegando que as questões do regimento interno da Câmara Municipal não eram de sua jurisdição.

A vereadora denunciou o caso ao Ministério Público (MP) e registrou um Boletim de Ocorrência contra Arthur Barbosa. A promotora Mayara Santos de Sousa confirmou que todas as testemunhas que acompanhavam a vereadora também foram ouvidas

e que, apesar de toda polêmica, o procedimento foi arquivado. “Depois de realizadas todas as diligências cabíveis, eu concluí que não houve perseguição, porque a intenção dos agentes não era a de ameaçar a integridade física ou psicológica da vítima, como exige o tipo penal, mas a de fiscalizar, a fim de se verificar quem eram as pessoas que estavam sendo transportadas no veículo oficial”. Leal informou à equipe da casa legislativa sobre a carona antes da viagem.

Antecedente

Sumara Leal já havia prestado queixa contra Arthur Barbosa ao Ministério Público em data anterior ao evento na rodovia MS-377. O MP, nesta primeira vez, recorreu à Justiça Eleitoral acusando o vereador de ter praticado violência política de gênero. O processo teve início em 21 de março e foi finalizado, em primeira instância, no dia 20 de agosto de 2024. O réu foi condenado a desembolsar o valor de três salários mínimos ao Poder Judiciário, pagar as custas processuais e reparar a vítima com R\$10.000,00 a título de danos morais.

O crime aconteceu enquanto o vereador presidia a 6ª Sessão Ordinária em 11 de março de 2024, conforme consta nos autos do processo. A juíza eleitoral, Flávia Simone Cavalcante, utilizou o vídeo da sessão disponibilizado no canal da Câmara Municipal no *Youtube* como instrumento de comprovação do crime. O conteúdo mostra os momentos em que Barbosa interrompe e dirige frases de teor pejorativo a Sumara.

O microfone da vereadora foi cortado em menos de dois minutos após o início da sua fala, quando o máximo permitido é de oito minutos. A palavra lhe foi dada para que discutisse o requerimento 0004-2024, que visava investigar os munícipes contemplados com lotes em sorteio realizado pelo poder executivo. Para Barbosa, a parlamentar estava “fugindo da matéria proposta no requerimento” e por isso interrompeu a sua fala.

Além disso, na ausência de Sumara, o presidente realizou comparações entre a vereadora e outras servidoras da casa e proferiu a seguinte frase:

“se usasse o restante do corpo para trabalhar em prol da sociedade, igual usa a língua para difamar,

de repente o município seria muito melhor”.

O vereador Luiz Fernando Oliveira, que também estava presente na sessão, testemunhou em favor do réu e alegou que, por várias vezes, os colegas desviavam do tema em discussão e são advertidos pelo presidente. Já o ex-vereador Peter Saimon relatou que, no dia anterior ao da audiência e em outros, como de praxe, um vereador fugiu do tema e este nunca teve o microfone cortado, fato que só aconteceu com a vítima mesmo. Saimon teve o mandato cassado em setembro e, em outubro, foi o candidato mais votado para o Legislativo; Oliveira não foi reeleito.

A juíza não encontrou fundamentação na versão de Oliveira e definiu que a vítima foi tratada diferentemente de outros vereadores que também desviaram do assunto na discussão e que houve “clara intenção do réu em dificultar o desempenho do mandato eletivo da vítima, tratando-a com menosprezo e discriminação à sua condição de mulher. Ainda que o momento em que houve o corte da fala da vítima não fosse de *“fala livre”* e sim para discutir o requerimento em questão, não foi dado tempo para que a vítima concluísse o seu raciocínio, sendo abruptamente interrompida pelo corte do seu microfone pelo acusado e tendo tratamento nitidamente diferenciado dos demais vereadores”.

Ora, verifica-se claramente pela análise da aludida sessão que tratamento ferrenho dado a vítima não foi o mesmo dado a outros vereadores que também desviaram do assunto na discussão de um projeto de lei que estava em votação. Nota-se que, apesar de ser pontuado pela vítima que o colega estava fugindo do assunto, o acusado dispara *“sua fala como mulher acaba envergonhando, porque a senhora conhece o regimento e não está cumprindo”*, permitindo, ainda, o vereador continuar a sua explanação.

Quanto à frase proferida ao findar da sessão, Barbosa confirma o teor do discurso relatado na denúncia mas afirmou que “sua intenção não foi pejorativa ou para discriminar ninguém” e defendeu que ao dizer que a colega deveria “usar o corpo para trabalhar”, se referia ao “trabalho braçal” mesmo, negando ainda, que os agradecimentos feitos às servidoras nas considerações finais tenha vinculação com tal fala.

Sumara Leal conta que entre políticos, membros do governo federal e até de *bigtechs* que a procuraram para demonstrar, publicamente, nas redes sociais ou em congressos, repúdio ao caso e apoio à ela; apenas a procuradora Mayara Sousa

demonstrou comprometimento com o caso e a inspirou a continuar com a denúncia. Sousa foi delegada titular da Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul/MS por seis anos, onde se capacitou para atender mulheres em situação de violência e afirma que a sua motivação para atuar neste caso “sem dúvida, foi a de proteger a vítima e, além disso, conscientizar outras mulheres a também denunciarem todo e qualquer ato de violência sofrido.



Vereadores de Campo Grande receberam Sumara Leal na Câmara Municipal da capital em 19 de março. Luiza Ribeiro (PT) repudiou o ato de Arthur Barbosa durante a sessão e outros vereadores a acompanharam. Na foto, da esquerda para a direita: Sumara Leal (PP), Prof. Juari (PSDB), Luiza Ribeiro (PT). (Crédito: Maria Eduarda Metran)

Parlamentar

Sumara Leal foi eleita pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. No outro ano, começou a legislar em conjunto com outra vereadora e nove vereadores homens, incluindo Arthur Barbosa, eleito no mesmo pleito pelo Partido Social Liberal (PSL). No entanto, ela afirma que o vereador começou a tratá-la de modo agressivo há cerca de um ano e meio, após ter se tornado presidente da Câmara Municipal de Cassilândia. Ela acredita que a sua atividade de oposição em relação a gestão do mandatário do Executivo, Valdecy Nogueira, ameaça Barbosa que é aliado do prefeito.

“Os ataques começaram, justamente, porque eu mostrava a verdade e a verdade

incomoda os homens que não fazem nada. Então eu comecei a ver que os vereadores começaram a ter muita raiva de mim porque a evidência do meu trabalho, principalmente, por ser mulher incomodava muito eles. Eles querem as mulheres na política, mas simplesmente para elas cumprirem cota. Pra elas ficarem lá no cantinho delas, né? Para elas serem ali tipo 'ah, nessa reunião você não precisa participar. Essas decisões você não precisa tomar'.

Nas eleições deste ano, Leal foi eleita vice-prefeita pelo Progressistas e Arthur Barbosa reeleito vereador, desta vez, pelo União Brasil.

Nos autos

O descumprimento de regras do Código Eleitoral que incentivam a participação feminina na política também é enquadrado como ato criminoso. O Tribunal Superior Eleitoral condenou, em fevereiro, o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) por fraudar a cota de gênero nas eleições para deputado estadual em Mato Grosso do Sul. Todos os votos do partido foram anulados e o ex-deputado estadual, Rafael Tavares, perdeu o seu mandato na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul (ALMS).

A Lei 12.034/09 determina que os partidos políticos tenham, no mínimo, 30% de candidatos do gênero com menos representantes - que geralmente são as mulheres - para cada cargo legislativo das eleições gerais e municipais. De forma que não se diminua o número de candidatos homens, alguns diretórios inscrevem candidatas "laranjas" para o pleito. Há casos em que as mulheres não estão cientes de que disputam uma eleição.

As candidatas a deputada estadual envolvidas na fraude do PRTB, Sumara Abrahão e Camila Brandão sabiam sobre os seus registros. Elas tiveram as candidaturas indeferidas por ausência da quitação eleitoral; uma delas, servidora pública, não comprovou afastamento do cargo público municipal. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MS), Pascoal Carmello Leandro, alegou que o partido soube da situação dos registros e, mesmo com prazo, não realizou substituições nas candidaturas femininas ou redução nas masculinas; apenas optou por concorrer com 27,3% de mulheres na chapa proporcional.

As cotas

A professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Joyce Martins, diz que a cota funciona para legitimar a participação das mulheres dentro da política institucional. Porém, os governantes do estado parecem insatisfeitos com as regras que promovem a inserção feminina, uma vez que quatro leis de anistia a partidos que as descumprem foram aprovadas em quase uma década.

“A cota vem nesse sentido de resolver o problema estrutural, porque houve uma falha do Estado”

- Joyce Martins

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 9/23, por exemplo, foi aprovada pelas duas casas de leis do Palácio do Congresso Nacional e promulgada na Câmara dos Deputados no mês anterior às eleições de 2024. O dispositivo isenta os partidos políticos do pagamento de multa em caso do descumprimento da cota de gênero nas eleições anteriores, se as siglas investirem os valores dirigidos às candidaturas femininas em eleições futuras. O mesmo benefício foi obtido quando promulgada a PEC 18/21.

Martins considera que esses entraves fazem com que os partidos ajam de forma mais lenta na inclusão dos grupos marginalizados. “A inclusão, dificilmente ela para depois que existe essa ideia no ar, no campo do Direito. Às vezes, retroage e depois é retomada. Os partidos vão incluir os grupos marginalizados a partir de discursos de divisões de mundo em que eles estão nas arenas de poder, mas legitimando hierarquias que são excludentes”.

A cota de 30% de participação das mulheres nos registros de candidaturas dos partidos são exigidas apenas para as chapas proporcionais; ao se tratar da disputa para cargos do executivo de prefeituras, governos estaduais e Presidência da República, os únicos recursos que podem ser utilizados, também, para estas mulheres são de destinação de fundo eleitoral e partidário e o tempo de propaganda política em rádio e televisão. Assim mesmo, a divisão dos recursos financeiros depende dos diretórios partidários a nível nacional.

As ferramentas que podem incentivar a inserção feminina no âmbito da política

partidarista são as regras de financiamento partidário e eleitoral. De acordo com a LEI Nº 9.096, 5% do fundo partidário embolsado anualmente deve ser destinado para atividades de promoção à participação de mulheres na política. Já o dispositivo da cota de gênero que garante o percentual mínimo de 30% de candidaturas para as mulheres, uma vez que são subrepresentadas, e ampliam as suas presenças nas campanhas eleitorais, de modo que legitima a participação feminina na esfera política e repara o descaso histórico do estado para com esta minoria.

Lei nº 9.504/1997; (iii) determinar o custeio proporcional das campanhas dos candidatos negros, destinando-se a estes no mínimo 30% do total do FEFC; e (iv) assegurar tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão proporcional às candidaturas de pessoas negras, respeitando-se o mínimo de 30%.

Nos plenários

O Brasil possui 53% de mulheres em um universo de 158,9 milhões de eleitores aptos; o percentual quase se repete em Mato Grosso do Sul, com 52% de eleitoras. É claro que os números refletem a presença feminina dentro do território nacional, elas são maioria entre as faixas dos 20 aos 90 anos. No entanto, há uma inversão proporcional quando se trata da inserção destas cidadãs na política institucional, principalmente em relação à representatividade eleitoral.

São 7 milhões de filiadas a partidos políticos contra 8,7 milhões de filiados homens. De acordo com dados levantados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 1996, as candidaturas femininas são sempre inferiores quantitativamente. Este ano, a diferença entre homens e mulheres que disputaram as eleições municipais é de 31,37%, a menor da série histórica.

O Congresso Nacional, em Brasília, é palco para a atuação de 123 parlamentares mulheres. A centena parece grandiosa mas não quando comparada à quantidade de vagas disponíveis aos congressistas nas duas casas legislativas. O Senado possui 81 cadeiras e, apenas, 14 são ocupadas por senadoras. Já na Câmara dos

deputados, elas ocupam 18,2% das 598 vagas distribuídas por estados.

Parte destas legisladoras assumiram a função após as eleições de 2022, quando quatro estados se recusaram a eleger mulheres, são eles: Alagoas, Amazonas, Paraíba e Espírito Santo. No mesmo pleito, o Mato Grosso do Sul determinou a estreia de Camila Jara (Partido dos Trabalhadores - PT) no plenário da Câmara e de Tereza Cristina (Partido Progressista - PP) no Senado, que já era local de trabalho da também senadora Soraya Thronicke (Podemos). As novidades, entretanto, não alteraram a quantidade de mulheres representantes sul-mato-grossenses nas respectivas casas.

Naquele ano, os eleitores do MS reelegeram a deputada estadual Mara Caseiro, candidata com maioria dos votos, e provocaram a renúncia da então vereadora de Dourados, Lia Nogueira para fazer parte da 12^a legislatura da ALMS. Até setembro de 2024, no plenário da Casa de Leis, circulavam três deputadas com vagas titulares: as eleitas já citadas e Gleice Jane (PT), ex-suplente que ocupou a cadeira do falecido deputado Amarildo Cruz (PT).

Simone Tebet (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), ministra do Planejamento e Orçamento que já legislou pelo Mato Grosso do Sul na ALMS e no Senado, acredita que o ponto de partida para o enfrentamento das desigualdades e preconceitos contra as mulheres no âmbito político é ter, no mínimo, 30% de participação feminina nas casas legislativas. Para ela, apenas as mulheres entendem os desafios das “mães, das avós e das filhas” e pensam em questões que não seriam pensadas por quem detém os privilégios, os homens. “Ter mulher na política significa, por exemplo, defender igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função”.



Simone Tebet é, hoje, uma das mulheres mais influentes na política nacional. No Mato Grosso do Sul, ela perde destaque eleitoral diante da posição anti-bolsonarista, mas ainda é símbolo da representatividade do estado à nível federal, considerando a posição que ocupa hoje; resultado do apoio dado ao presidente Lula para a o 2º turno das eleições 2022. Ela conseguiu cerca de 4,9 milhões de votos no 1º turno. (Crédito: Maria Eduarda Metran)

Eleições 2024

A deputada estadual e presidente do PSDB Mulher, Lia Nogueira, entende que as cotas para preenchimento de candidatura ainda não são o suficiente para a inserção da mulher nas casas legislativas e no poder executivo e que a mudança só acontecerá quando houver reservas exclusivas para elas. “Na hora que nós tivermos cadeiras separadas para as mulheres, realmente, nós vamos ter a representatividade. O Brasil só vai conseguir isso com cadeiras fixas às mulheres. É um longo caminho, eu creio que num futuro isso possa ocorrer, mas a gente avançou bastante e nesse ano a gente percebeu mulheres se levantando e colocando candidaturas. A gente está no caminho”.

O avanço ao qual Nogueira se refere é o da região sul-mato-grossense que teve o

percentual de candidatas mulheres maior que a média nacional nessas eleições. O TRE deferiu 2.510 candidaturas femininas, sendo 38 para o cargo de prefeita e 70 de vice-prefeita. Caso não haja interferências da justiça ou do que alguns chamam de destino, o estado terá doze cidades governadas por mulheres em 2025.

O MS também elegeu 181 vereadoras em 73 dos seus 79 municípios. Água Clara, Bela Vista, Corguinho, Douradina, Maracaju, Pedro Gomes e Guia Lopes são os municípios que não elegeram mulheres como titulares à vereança; em alguns destes, há mulheres suplentes.

Ideologia

O percentual de candidatas a prefeita no país aumentou cerca de 15% em relação ao total de candidaturas entre 2000 e 2024. As candidaturas femininas para o Legislativo municipal cresceram eleições após eleições a partir de 2008. O aumento não foi gradativo, dados do TSE demonstram que entre as eleições de 2012 e 2016 o avanço foi menor que 1%, dois anos após o Brasil eleger a primeira mulher Presidente da nação. Ainda em 2008, a maioria das candidatas, assim como Dilma Rousseff, era ligada a partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro e Partido Democrático Trabalhista entre outros, mas de lá para cá o espectro perdeu a popularidade.

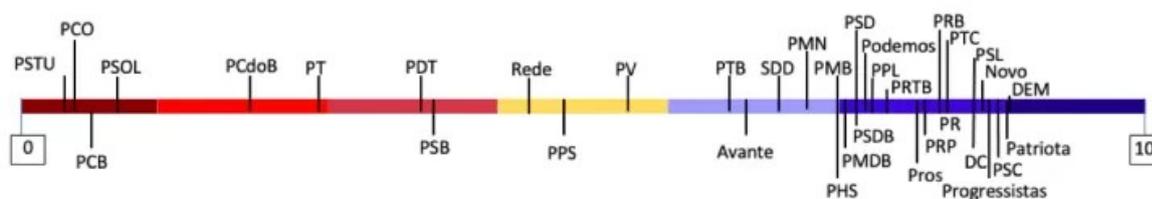
De acordo com a professora Joyce Martins, da UFAL, a sociedade está diante de um cenário em que se tornou incontornável o direito de participação das mulheres na política e o aumento das candidaturas não acontece por questão ideológica, mas, provavelmente, por estratégia. Para ela, a questão que permeia o aumento das candidaturas femininas não é “por que agora as mulheres querem se candidatar?” e sim “por que os partidos estão investindo mais em candidaturas de mulheres?”. “A gente só pode se candidatar no Brasil a partir de um partido. Então tem que ter uma decisão dentro do partido. Daí a importância de a gente perceber onde é que acontece esse aumento”.

No Mato Grosso do Sul foram eleitas quatro prefeitas e 17 vices em 2020, apenas duas compunham siglas de centro e esquerda. A maioria das mulheres que se candidataram em 2024 é de partidos ligados à direita como MDB (9,43%), PP

(8,43%), Partido Social Democrático - PSD (8,22%), Partido Liberal - PL (7,58%) e outros. As vencedoras destas eleições são também pertencentes às siglas de direita; cinco delas estão no PSDB, três no MDB, 3 no PP e o PSD e o PL têm uma cada.

A análise da cientista política é de que há, principalmente, uma estratégia no campo da direita ou do que ela chama de “neoconservadores”, para atrair mulheres aos partidos. “O aumento das candidaturas não se dá pela percepção da importância das mulheres na política, mas pela percepção de que se eu colocar mulheres na política isso pode trazer votos para mim. As mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro e isso pega bem, dá legitimidade ao partido e eu consigo também ir legitimando uma visão de mundo que seja contrária a inclusão ainda que eu inclua um pouco das mulheres”.

Classificação partidária



Posição ideológica dos partidos políticos brasileiros

- Legenda**
- extrema esquerda
 - esquerda
 - centro esquerda
 - centro
 - centro direita
 - direita
 - extrema direita

A última classificação ideológica dos partidos brasileiros foi publicada como resultado de uma pesquisa respondida por mais de 500 cientistas políticos do país, em 2023. A publicação é assinada pelos professores Bruno Bolognesi, Ednaldo Ribeiro e Adriano Codato e consta na revista Dados, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

Crédito: Imagem elaborada pelos autores do artigo **Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros**

A pesquisa de levantamento foi aplicada por meio virtual e os cientistas consideraram a posição dos extremos de uma barra para alocar as siglas mais à esquerda ou à direita. O questionário foi realizado em 2018. De lá para cá: O partido

Unidade Popular (UP), de extrema-esquerda, foi fundado em 2019; o Partido Social Liberal (PSL) e o Democratas (DEM) se fundiram como União Brasil em 2022, o Patriota (Patri) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se fundiram e deram origem ao Partido Renovação Democrática (PRD) em 2023; antes disto o Partido Republicano Progressista (PRP) já havia se incorporado ao Patri.

Além disso, o Partido Pátria Livre (PPL) se incorporou ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Humanista da Solidariedade ao Podemos (Pode). O Partido Popular Socialista (PPS) se transformou no Cidadania, o Partido da República (PR) no Partido Liberal (PL), de extrema-direita e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro voltou a ser o MDB.

O cientista político e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Daniel Miranda explica que as classificações ideológicas são sempre feitas por comparação. No momento, por exemplo, “considerando o PL e o NOVO, o MDB e o PSDB estão mais ao centro. Mas quando se observa o espectro político como um todo, são de centro-direita. O PSD também é, ideologicamente, de centro-direita”.

Na família



A prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, ampliou o seu tempo como chefe do Executivo municipal após ganhar a eleição de 2024. Ela, que participou pela primeira vez de uma eleição em 2016 quando foi eleita vice-prefeita da capital, é esposa do ex-vereador e deputado estadual Lidio Lopes; ele possui uma vaga titular na ALMS desde 2014. (Crédito: Maria Eduarda Metran)

A maior parte das mulheres eleitas no Mato Grosso do Sul, desde as primeiras eleições pós-divisão do Mato Grosso, situam-se dentro do campo de direita e conservador. O cientista político e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Daniel Miranda, explica que isso acontece devido à alta frequência com que candidatos jovens, não só as mulheres, entram para a política por causa da relação pré-existente da família com o meio político.

“A hegemonia no antigo Mato Grosso e depois que foi criado o Mato Grosso do Sul era da Aliança Renovadora Nacional - Arena, o partido de apoio da ditadura. As principais lideranças eram de direita. Naturalmente que aquelas pessoas mais jovens que entram para a política, boa parte, vão desafiar essas elites dominantes enquanto outras vão entrar por essa porta mais aberta e ter o apoio dessas lideranças, por isso, ao longo da nossa história, a direita e os conservadores conseguiram eleger mais mulheres”.

“Em Mato Grosso do Sul, temos ainda essa política da dinastia”, diz Lia Nogueira. Para a deputada, as mulheres estão mudando as suas perspectivas e encontrando inspiração e apoio para carregar as próprias histórias e não as de outras pessoas, ou homens. Ela que se utiliza da máxima “A favela venceu” para divulgar a sua trajetória da periferia até a ALMS e inspirar outras cidadãs, afirma que “não precisa ter um apadrinhamento, um tio ou marido que é político para ser uma mulher pública”, mas que o processo para alcançar as vagas é mais difícil quando não se tem apoio, principalmente, financeiro. Ainda assim, acredita no poder popular.



As principais pautas de Lia Nogueira destinam-se às pessoas com deficiência ou atípicas e seus familiares. A deputada, que é mãe atípica, ouve outras mães que enfrentam problemas, principalmente, em relação à saúde pública. (Na foto: Nogueira, que veste uma saia, encontra com mães atípicas na porta da ALMS no dia em que grava um vídeo de apoio à candidatura de Rose Modesto para a prefeitura de Campo Grande). (Crédito: Maria Eduarda Metran)

Preteridas

Nelly Bacha, Celina Jallad, Simone Tebet e Tereza Cristina são algumas das políticas do estado que carregam a herança política de familiares. Segundo o professor Daniel Miranda, o papel de importância que essas mulheres têm no cenário é irreduzível, porém elas “tiveram a oportunidade que, talvez, mulheres mais à esquerda têm tido menos”.

Uma mulher de esquerda ocupou, pela primeira vez, uma cadeira da ALMS após 11 legislaturas. A deputada Gleice Jane considera que a inserção de mulheres de direita também é um avanço, mas é muito pequeno, uma vez que elas não conseguem se desvencilhar dos projetos para os quais foram eleitas e enfrentar, por exemplo, a violência contra a mulher que é uma pauta defendida por mulheres de

todos os espectros mas de maneira limitada, uma vez que, por vezes acabam endossando discursos ocultos ou não de submissão. Ela cita o exemplo da vereadora mais votada de Dourados neste ano que defende um discurso conservador enquanto “é dona de uma espaço de exploração dos corpos das mulheres”.



Gleice Jane começou a militar no movimento estudantil, onde conheceu o movimento feminista. Fez parte da diretoria do sindicato dos trabalhadores da educação de Dourados, onde, segundo ela, construiu relação política com a categoria da educação, com os movimentos sociais e indígenas. (Crédito: Maria Eduarda Metran)

“Muito diferente do que a população acredita, a eleição não é individual, é o coletivo. A mulher está dentro de um projeto e, em geral, vejo que as de direita são sufocadas pelo projeto que elas foram eleitas. Às vezes, percebo que há um desejo em uma delas mas também uma limitação. Eu já vi pautas polêmicas aqui mesmo, se uma parlamentar tiver posição contrária, ela silencia porque ela fala ‘eu não estou autorizada’”.

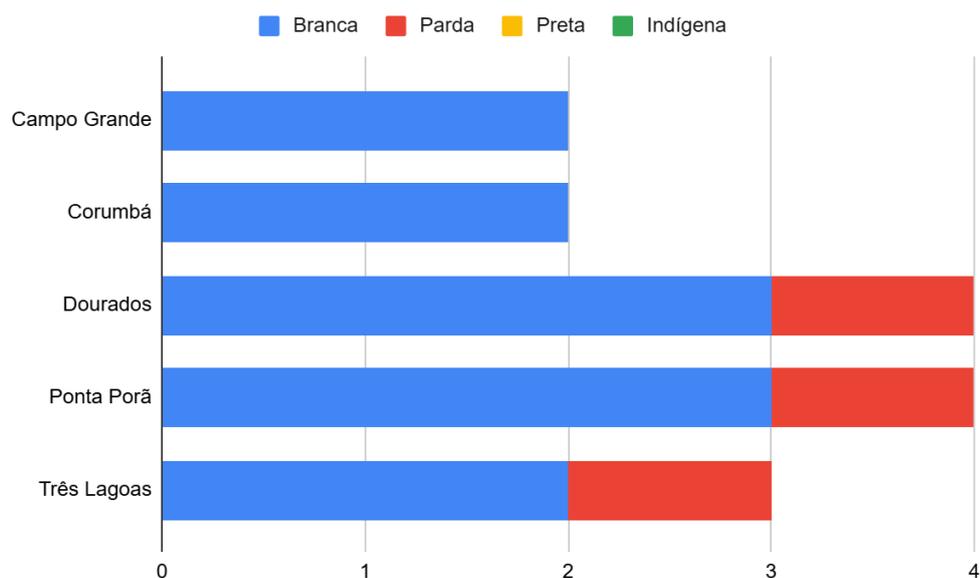
Para ela, a violência política de gênero contra as mulheres de esquerda e

progressistas acontece também como uma estratégia de derrotar a própria esquerda. “A gente vê um discurso hipócrita, moralista, muito forte em torno da família, né? Como se a esquerda não protegesse as famílias. Eu falo da hipocrisia porque os que defendem, no campo do discurso, não defendem projetos sociais que protejam as famílias. Então todos os projetos de moradias, projeto de saúde, projeto de atendimento à população, eles são parte do projeto progressista e dos projetos da esquerda”.

Nas margens

Assim como existe a sub-representação feminina na política institucional, mesmo que elas sejam maioria das eleitoras; há a sub-representação de pessoas pretas e indígenas. A intersecção dessas duas características, gênero e cor/etnia, tende a dificultar a chegada das mulheres aos poderes Legislativo ou Executivo, mas isso não significa que elas sejam apolíticas ou despreocupadas com as suas vivências, bem como não significa que se concentram em grupos homogêneos e sem divergências.

Nas eleições de 2024, o estado elegeu 32 candidatas para o Executivo municipal, 28 delas se autodeclararam brancas e quatro são pardas. O MS também elegeu 109 vereadoras brancas, enquanto apenas 5,2% das 249 candidatas pretas estão designadas às vagas. As mulheres indígenas serão representadas por uma Guarani Kaiowá e uma Kadiwéu, respectivamente, em Porto Murtinho e Antônio João. No total, 80 candidatas indígenas concorreram nestes pleitos.



As cinco maiores cidades de Mato Grosso do Sul elegeram, juntas, 15 mulheres como vereadoras

A professora Amanda de Paula é filiada ao partido que mais elegeu mulheres pretas no MS, o PT. Aos 26 anos, ela se dispôs a enfrentar o desafio eleitoral enquanto candidata a vereadora da capital do Pantanal. Ela relata que, por vezes, o uso do discurso em prol da diversidade é ideal para preencher as candidaturas, mas não para que seja ferramenta de uma campanha, pois para algumas pessoas “isso é moda”; por isso, decidiu se manter neutra antes de oficializar a candidatura.

“Eu tive que ser sábia porque eu não concordava com muitas coisas, mas já estava vendo o terreno em que estava. Foi um desafio e eu falo abertamente que foram meses de angústia e ansiedade para esperar o lançamento da candidatura, porque a qualquer momento a gente poderia não ser registrado. A tortura maior foi não poder expressar realmente o que eu estava pensando, a minha opinião, simplesmente por eu falar o que eu pensava e não ser de acordo com o que o sistema queria”.

A insegurança provocada pelo diretório do PT a respeito da candidatura de Amanda atrapalhou a busca por alianças, apoios e doações para a campanha, que custou, de acordo com a Divulgação de Contas e Candidaturas do TSE, R\$ 21 mil, o maior valor para uma candidatura da sigla da estrela no município. Apesar disso, o diretório estadual destinou exatos R\$2 mil para o CNPJ da candidata, enquanto o restante do valor foi oriundo de doações da deputada federal Camila Jara e da pecuarista e conselheira dos institutos Acaia e SOS Pantanal, Teresa Cristina

Bracher.

Amanda de Paula conta que sua equipe já estava organizada e preparada para realizar a campanha sem recursos, mas que as doações incentivaram muito mais. “Sem esses recursos, eu não conseguiria movimentar, deixar as pessoas de maneira integral comigo, ter a logística bem feita e ter o consumo pessoal também porque para a gente sair na rua, ficar de manhã, tarde e noite nas ruas, precisa estar bem alimentado, estar bem com a imagem, dormir bem. Eu já fiz uma campanha, com um amigo, totalmente sem recursos e o nosso corpo adoeceu”.

O PT sul-mato-grossense destinou, ainda, para outras mulheres pretas e pardas do município cerca de R\$12 mil. O maior valor cedido foi de R\$15 mil para um candidato branco. O resultado final não rendeu vitórias ao partido, mas para Amanda sim, uma vez que conseguiu votos além dos estipulados pela sua equipe. Neste ano, os partidos deveriam repassar, também, 30% do valor do fundo eleitoral para candidatos negros. As mulheres negras, no entanto, apenas podem possuir fatias de uma das duas cotas.

A Kadiwéu Carla Mayara Cruz também foi eleita pelo PT, em Porto Murtinho, com os custos de despesas de campanha de R\$400 reais, menos de um terço do que recebeu do partido, conforme informações da plataforma Divulgacand; ela conseguiu 175 votos. O outro partido a eleger uma indígena, a Guarani-Kaiowá Inaye Gomes Lopes, foi o PSDB que, por meio do diretório nacional, distribuiu a mesma quantia de R\$5 mil para a campanha da candidata, que conquistou 304 votos, e para a candidata mais votada do partido no pleito, Cléia Marques, que se autodeclara branca.

Lopes foi eleita vereadora do município em 2020 pelo PSD. Ela diz que, naquele ano, a maior dificuldade da sua campanha foi a ausência de recursos. “Eu não tinha dinheiro, fui eleita sem recursos. O candidato a prefeito conseguiu contratar cinco cabos eleitorais para mim e meu esposo ajudou com dez, porque tínhamos criação de gado, pouca coisa. Mesmo assim, não me ajudou porque havia mais dois candidatos indígenas no meu partido, que focou em uma outra candidata porque achavam que teria a população com ela”. Para a vereadora, o partido não a apoiava, então decidiu migrar para o PSDB em 2024, a convite do atual prefeito Antônio João.

A ida para o partido tucano foi impulsionada por uma questão estratégica inerente a quantidade de vagas estipuladas para a sigla devido ao quociente partidário. “Se eu ficasse no PSD ou se eu quisesse ir para outro partido, eu não conseguiria eleger e perderia a cadeira na Câmara de Vereadores”. Para ela, também “tem que ter estratégia e diálogo” para escolher a liderança indígena que concorrerá para os cargos legislativos, pois a maioria dos votos recebidos parte das comunidades indígenas.

“Eu levo muito em comparação a região de Dourados, parece que já há quase trinta mil na população indígena daquela reserva e eles não conseguiram eleger um candidato indígena. Não é vantajoso para a comunidade quando saem muitos candidatos e a pessoa que vai sair tem que ter essa confiança. Por exemplo, se eu visse que havia pessoas com condição de ganhar, não sairia para atrapalhar. É democracia. Vota-se em quem quiser. Mas acho que é falta de diálogo e também de formação. A gente não pode só falar de campanha eleitoral na época da campanha eleitoral, tem que chegar esse conhecimento para a comunidade indígena; o quanto é importante elas participarem no dia das eleições e eleger candidato indígena, né?”.

Ela conta que deseja concorrer para o cargo de deputada estadual em 2026 e está focada em realizar encontros no ano que vem, ao menos dois, com todas as comunidades para alinhar o pensamento e continuar construindo representação não só em Antônio João, mas em todo o Mato Grosso do Sul e formar ideias que serão úteis para todos. A vereadora entende que a dificuldade para mulheres são as mesmas pois é difícil ser mãe, esposa; mas que trabalham da mesma forma que os homens. “Defendemos como os homens defendem. Eu defendo as mulheres, as crianças, os idosos. E, como indígena, não sinto que estou só de um lado”.

Mulheres na cobertura

O Brasil ocupa a 82ª posição no ranking de liberdade de imprensa da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF), que contempla 180 países. O país deu um salto em relação ao ano de 2020, quando foi situado na zona vermelha; mas retrocedeu, se comparado ao último ano quando atingiu a 92ª posição. A Organização Não-

Governamental (ONG), que utiliza critérios políticos, midiáticos, jurídicos, econômicos e o contexto sociocultural como método classificatório para o *ranking*, produziu também o relatório “O jornalismo frente às redes de ódio no Brasil” que demonstrou que mais de 50% das mensagens ofensivas contra jornalistas realizadas, no período das eleições 2022, em ambiente virtual eram dirigidas a mulheres.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) contabilizou cerca de 119 ataques a jornalistas durante o primeiro semestre de 2023, com 35% de vítimas mulheres. Entre as formas de violência estão comentários e atos machistas/misóginos e transfóbicos, violência sexual, virtual e laboral diferenciadas, além do questionamento de capacidade devido ao gênero. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou um ataque, com hostilização e ameaças, a uma repórter que foi impedida de acompanhar o desmonte do acampamento de manifestantes de extrema-direita, em frente ao Comando Militar do Oeste, localizado na avenida Duque de Caxias em Campo Grande.

A presidente da Fenaj, Samira de Castro, aponta que a violência contra jornalistas sempre existiu no país diante da função do profissional de “escrutinar o poder público e a iniciativa privada” e que foi durante as jornadas de 2013 que essa violência explodiu. “Os jornalistas, muito despreparados para grandes manifestações de massa, se tornaram alvo naquele período tanto das forças policiais quanto dos manifestantes. Éramos alvos duplos. Essa violência cai um pouco, mas volta a crescer entre 2015 e 2016 com o impeachment da presidenta Dilma, quando se constrói um discurso anti-imprensa pela extrema direita que estava em ascensão”.

A extrema direita chegou ao poder em 2018, sob a liderança do ex-Presidente Jair Bolsonaro e tornou, segundo Castro, a violência ainda mais hostil. “A violência agora partindo de um discurso do poder central, que era exatamente da figura do Presidente da República, dos seus ministros, dos seus assessores e dos seus filhos também políticos, inaugura uma categoria no nosso relatório chamada descredibilização da imprensa. Isso não é simplesmente criticar o trabalho da imprensa, é dizer que o seu trabalho é nocivo para a sociedade. Imprensa lixo, imprensa mente, Globo lixo eram os termos mais usados e isso fazia com que os apoiadores do então Presidente passassem a agredir jornalistas nas ruas. Não só no

ambiente digital ou no discurso do Presidente. Nós tivemos analistas agredidos com bandeiras e com socos, pontapés, tentativa de atropelamento de jornalistas.

Nos quatro meses que antecederam as eleições de 2022, após Bolsonaro ter sido condenado por assédio moral e coletivo contra a categoria dos jornalistas numa ação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), os ataques diminuíram significativamente. A presidente da Fenaj afirma que houve uma diminuição em 2023, com a mudança do governo federal que não faz mais esses discursos de descredibilização, no entanto, expõe a aparição de um novo fenômeno “que é a utilização da justiça para processar jornalistas, censurar jornalistas e promover a auto censura a partir do que a gente chama de assédio judicial”.

No relatório Silenciando o Mensageiro, da Abraji, o Estado aparece como autor de 30,3% dos atos violentos contra jornalistas. A planilha de monitoramento da instituição mostra, por exemplo, que dois ataques a jornalistas ocorridos em Mato Grosso do Sul, em 2021, foram executados por forças policiais. Outros dois, que ocorreram em 2022, aconteceram por agressores não identificados, nas redes sociais Twitter e Instagram. A Fenaj contabilizou cerca de 40 mil ataques contra a imprensa só no primeiro turno das eleições de 2024; o TikTok aparece como a segunda rede social onde mais se agride jornalistas após o X.

A jornalista Thalya Godoy, que atua como repórter de política em um veículo de mídia local, esclarece que até agora não sofreu ataques diretos por fazer o seu trabalho. Entretanto, já sentiu desconforto em duas situações similares que envolviam leitores e redes sociais. “A gente postou um vídeo em um quadro de política que temos e quando acordei no outro dia, uma pessoa tinha me seguido no Instagram e curtido várias fotos. Quando fui ver o vídeo, tinha o comentário de um cara perguntando ‘qual que é o arroba dessa repórter’ e era a mesma pessoa. Então eu tranquei o meu Instagram. Eu quero postar as minhas coisas sem ser incomodada”.

Godoy convive com os vereadores na Câmara Municipal de Campo Grande e comenta que é impossível distinguir o tratamento dos políticos para com mulheres jornalistas, uma vez que elas são as mais presentes, em quantidade e frequência, dentro das casas parlamentares. “Eu não sei se seria diferente se fosse homem. Os

vereadores e os assessores são simpáticos e acessíveis. A minha questão é que não sou aquela pessoa que vai sair te abraçando e tem gente que é mais expansiva; eu pego essa distância no aperto de mão”.



A jornalista Thalya Godoy conta que o jornalismo político era pautado de modo superficial pelo corpo docente da UFMS durante a sua graduação; além disso, as notícias e os profissionais locais nunca eram lembrados nas salas de aula. Hoje, ela sente que o incentivo na universidade poderia facilitar o desenvolvimento de alguns trabalhos a partir do reconhecimento de fatos similares. (Crédito:Ascom/Vereador Victor Rocha)

A jornalista veterana e chefe de redação de um jornal popular da capital, Evelyn Cáceres, analisou ao longo dos anos que os políticos acabam se abrindo melhor com os homens, nas rodas de conversas, mas que isso está mudando. No entanto, para se aproximar de um político, a mulher tem que ter muita cautela porque ainda há uma relação desestruturada entre poder e sexo. Ela conta que antes os políticos queriam andar abraçados, por exemplo. “Uma vez um político veio me abraçar e eu estendi a mão e o comentário toda vez que ele me via era ‘Ela é bravinha, não pode abraçar. Lá vem a jornalista brava, não pode encostar nela’. Em outro caso, um assessor falou pra mim: ‘Desse jeito que você trata os políticos, você nunca vai subir

na carreira. Você é muito arisca”.

A violência sofrida por homens jornalistas, com frequência possuem consequências imediatas; já as mulheres sofrem muito mais violência psicológica com consequências duradouras, até permanentes, conforme explica a presidente da Fenaj Samira de Castro. “Essa violência contra as mulheres tem repercutido inclusive no afastamento de muitas, no adoecimento psíquico. As mulheres, por exemplo, têm dados vazados. Existem falsos perfis ou páginas em redes sociais associando jornalistas a sexo. Os seus filhos são ameaçados, os seus companheiros ou companheiras, os pais e isso é muito grave. Isso é de fato uma violação muito grave do direito das mulheres de estarem nesse lugar que é o jornal”.

A jornalista independente Luany Britto comenta que atuou como estagiária na redação de um jornal digital de Campo Grande e teve contato com alguns políticos, inclusive com um ex-prefeito e recém-eleito vereador da cidade, em 2018. “Ele foi um político que me marcou muito nessa época, inclusive teve uma explosão de denúncias contra ele. Ele passava a mão nas colegas de trabalho, passava a mão na minha cintura e falava no ouvido como se fosse uma pessoa próxima; todos esses trejeitos de assédio que é o que realmente era, assédio acontecendo nos bastidores”.

Para ela, a violência contra jornalistas de política acontecia antes mesmo de graduar-se, já que se sentia censurada por não poder exercer devidamente o seu trabalho diante da dependência econômica que há entre jornais e os poderes políticos. Formada, Britto voltou para a cidade natal, Corumbá, onde trabalhou como radialista em uma das principais emissoras de radiodifusão locais, mas foi demitida após completar um ano de casa.

Britto comenta que foi alertada por colegas de trabalho e até pelos próprios ouvintes sobre o risco de expor problemas da cidade no programa matinal que comandava. A cobertura que fazia não era exatamente de política e sim de jornalismo de serviço, mas incomodou grupos políticos da capital do Pantanal. “Um colega falou pra mim: ‘olha, eu sei que você é jornalista e está querendo fazer o seu trabalho, que é ética, mas você não vai poder falar a verdade aqui, não vai poder falar o que está acontecendo, vai falar o que eles querem que você faça e pronto, acabou. A rádio

está junto com a gestão da prefeitura e a recebe recursos da prefeitura para se manter também”.

Ela não consegue mensurar e se questiona diuturnamente se o que sofre é um tipo de violência que a impede de atuar utilizando sua formação. “Eu não consigo mais emprego na área jornalística aqui no município. Nenhuma outra rádio me contrata, a TV não me contrata, mesmo que tenha amigos lá dentro, que queiram que eu faça parte da equipe. Na outra TV, lá embaixo, já falaram na minha cara que não me contratam porque senão vão perder o patrocínio”.

A RSF afirma que há um enfraquecimento da imprensa local e um estrangulamento financeiro das estações de rádios comunitárias que “põem em perigo a sua autonomia”. Além disso, também informa que o Brasil é o 2º país das Américas mais inseguro para jornalistas. “Apresentadores de rádio e jornalistas independentes que trabalham em municípios de pequeno e médio porte e que cobrem corrupção e política local são os mais vulneráveis.

Para a presidente da Fenaj, o fenômeno da polarização política sempre aconteceu para jornalistas do interior e que estavam fora dos grandes centros, desde as coberturas gerais às mais especializadas. “As prefeituras, as câmaras municipais e as assembleias legislativas têm sido, hoje, os principais anunciantes dos veículos locais porque não há grande força econômica no comércio de serviços ou indústria e isso provoca a influência das forças políticas sobre os jornais que afeta, diretamente, o acesso à informação da população e acaba prejudicando a liberdade de expressão e de imprensa. Essas forças políticas influenciam negativamente. A população precisa da informação local, mas de uma informação plural, diversa e livre de uma linha editorial que seja ligada ao poder”.

Presença das jornalistas

Os dois maiores jornais digitais da capital do MS possuíam apenas mulheres na editoria de política até outubro de 2024. A jornalista Cáceres diz que, do início da carreira para agora, o cenário mudou dentro das redações, onde antes mais homens cobriam política, e ressalta que existem dois pontos principais para isso: a

vestimenta e a também a dinâmica do mercado local.

As casas legislativas têm regras relativas à indumentária que o servidor ou o profissional da comunicação devem utilizar quando presentes em plenário. Contudo, essas normas são destinadas apenas ao público masculino e isso, de acordo com a jornalista, inibe homens que não possuem ou não querem usar um terno e uma gravata e impulsiona a presença de mulheres que podem usar uma calça jeans, um tênis e uma camiseta para trabalhar.

“O traje foi um grande empecilho nas redações por conta do custo da roupa. A gente não tem nem um piso salarial definido, então os homens evitam isso. Os mais experientes já tinham, mas é um ponto desinteressante, principalmente para quem está no início de carreira ganhando pouco. O outro ponto é que alguns órgãos públicos acabam absorvendo esses homens que escrevem sobre política. A gente brinca ‘gente, se é homem, é só jogar a carteira de trabalho lá que algum órgão vai contratar’. Assim, as mulheres ficam mais no mercado do *hard news* do jornalismo (expressão que define o noticiário diário) que paga menos e os homens ficam com os melhores salários”.

O machismo está presente já num texto normativo que omite a participação das mulheres, pois significa que a ausência destas é ou foi desconsiderada e imperceptível. E também se apresenta nas relações do mercado de trabalho, por meio de justificativas ocultas. Para Cáceres, duas delas são o mito do homem como provedor e, às vezes, no caso de órgãos de assessoria de personalidades específicas, como os políticos, a insegurança de familiares dos assessorados com a proximidade de uma assessora mulher.